

XIII PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO CURSO DE DIREITO**INSTRUÇÕES GERAIS**

01. Leia com atenção todas as instruções deste **Caderno de Questões**.
02. Este **Caderno de Questões** só deverá ser aberto quando for autorizado pelo Fiscal de Sala.
03. Assine neste Caderno de Questões e coloque o número do seu documento de identificação.
04. Verifique se este Caderno de Questões contém 50 (cinquenta) questões com 05 (cinco) alternativas cada, caso contrário comunique imediatamente ao Fiscal.
05. A prova terá duração de 03 (três) horas. Você só poderá sair do Local de prova 1h30min após o seu início.
06. Ao receber o Cartão de Resposta, **confira o número do CPF e assine no local apropriado. É de suma importância que você assine sem ultrapassar a linha.**
07. Em hipótese alguma lhe será concedido outro Cartão de Resposta.
08. Marque suas respostas no Cartão de Resposta utilizando caneta esferográfica de tinta azul ou preta, preenchendo completamente o círculo correspondente à alternativa escolhida, conforme o modelo: ●
09. Será atribuído o valor ZERO à questão que contenha no Cartão de Respostas de Questões Objetivas: dupla marcação, marcação rasurada ou emendada, não preenchida totalmente ou que não tenha sido transcrita do Caderno de Questões para o Cartão de Respostas.
10. A correção das provas será efetuada considerando-se apenas o conteúdo do Cartão de Respostas.
11. Caso a Comissão julgue uma questão como sendo nula, seus pontos serão atribuídos a todos os candidatos.
12. Não será permitida qualquer espécie de consulta.
13. Ao terminar a prova, acione o Fiscal e devolva ao mesmo o Cartão de Respostas.

Boa Prova!

Nº do documento de identificação:

Assinatura do candidato:

**XIII PROCESSO SELETIVO
SIMPLIFICADO PARA SELEÇÃO DE
ESTAGIÁRIOS DO CURSO DE
DIREITO**

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. “Uma atuação em consonância com este princípio é aquela realizada com presteza e, acima de tudo, um bom desempenho funcional. Buscam-se sempre melhores resultados práticos e menos desperdícios.” (Carvalho, Matheus. Curso de Direito Administrativo. 12 ed. Ed. Juspodvm. 2024, pág.83). O conceito acima transcrito diz respeito ao princípio da:

- a) Legalidade
- b) Publicidade
- c) Moralidade
- d) Eficiência
- e) Ampla Defesa

2. Em relação à autotutela, é **INCORRETO** afirmar que:

- a) Trata-se do poder que a Administração possui de ter o controle de seus próprios atos.
- b) A Administração pode anular seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornem ilegais.
- c) A Administração pode revogar seus atos, por motivo de conveniência e oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.
- d) O exercício da autotutela não afasta a apreciação jurisdicional.
- e) O prazo prescricional para rever atos que sejam favoráveis a particulares é de 10 (dez) anos.

3. São atributos do Ato Administrativo, **EXCETO**:

- a) Presunção de Veracidade
- b) Necessidade de Convalidação
- c) Presunção de Legitimidade

- d) Autoexecutoriedade
- e) Exigibilidade

4. São elementos do Ato Administrativo, **EXCETO**:

- a) Competência
- b) Finalidade
- c) Eficácia
- d) Forma
- e) Motivo

5. Em relação ao Poder de Polícia, é **CORRETO** asseverar que:

- a) Polícia Administrativa e Polícia judiciária são institutos sinônimos.
- b) Decorre do Princípio da Supremacia do Interesse Público sobre o Particular.
- c) Não está relacionado à prática de atos; tampouco à abstenção de fatos em razão do interesse da coletividade.
- d) É vedado ao Poder Público impor restrições ao direito de propriedade dos particulares
- e) É possível a delegação de todas as fases do ciclo de polícia.

6. No que pertine à Organização Administrativa do Estado, assinale o item **INCORRETO**:

- a) No Direito Administrativo, desconcentração e descentralização são conceitos idênticos
- b) A Administração Direta diz respeito ao conjunto de órgãos que integram a pessoa federativa, cuja prestação de serviços é feito diretamente pelo respectivo ente político.
- c) A União, os Estados, os Municípios e o DF possuem capacidade administrativa, legislativa e política.
- d) São entes da Administração Pública Indireta: as autarquias, as fundações; as empresas públicas e as sociedades de economia mista.
- e) As autarquias são pessoas jurídicas de direito público.

7. Quanto ao estudo da responsabilidade civil do Estado, configura entendimento sumulado pelas cortes superiores o seguinte enunciado:

- a) Não são cumuláveis as indenizações por dano moral e material
- b) Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado.
- c) São prescritíveis as ações indenizatórias por danos morais e materiais decorrentes de atos de perseguição política com violação de direitos fundamentais ocorridos durante o regime militar.
- d) É ilícita a cumulação das indenizações de dano estético e dano moral
- e) Na indenização de danos materiais decorrentes de ato ilícito não cabe a atualização monetária de seu valor.

DIREITO CONSTITUCIONAL

8. Com relação aos remédios constitucionais previstos na Constituição Federal, aponte a ação que pode ser impetrada quando a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania:

- a) Habeas Corpus
- b) Mandado de Injunção
- c) Mandado de Segurança
- d) Habeas Data

e) Ação Popular

9. Selecione a alternativa que não constitui um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

- a) construir uma sociedade livre, justa e solidária
- b) permitir o voto secreto, universal e periódico
- c) garantir o desenvolvimento nacional
- d) erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais
- e) promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação

10. Com relação às penas, a Constituição Federal previu que a lei regulará a individualização da pena e poderá adotar, entre outras, a pena privativa de liberdade, a perda de bens, a multa, a prestação social alternativa, a suspensão ou interdição de direitos. No entanto, a Constituição determinou que não haverá determinada pena. Aponte a alternativa que não traz uma pena vedada pela Constituição.

- a) de prestação pecuniária elevada
- b) de caráter perpétuo
- c) de trabalhos forçados
- d) de banimento
- e) cruel

11. Súmulas vinculantes são enunciados aprovados, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos membros do STF, após reiteradas decisões sobre a matéria constitucional. Com relação aos efeitos das súmulas vinculantes, assinale a alternativa correta.

a) Terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário, mas não vincula a Administração Pública direta e indireta.

b) Terá efeito vinculante em relação a Administração Pública direta e indireta, mas não vincula os demais órgãos do Poder Judiciário.

c) Não tem efeito vinculante em relação ao órgão do Poder Judiciário e a Administração Pública direta, tratando-se de enunciados apenas persuasivos.

d) Terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta.

e) Terá efeito apenas persuasivo em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário, mas vincula a Administração Pública direta.

12. A ação de Mandado de Segurança, prevista no art. 5º, inciso LXIX, da Constituição Federal, pode ser impetrada quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público. Assinale a alternativa que indica o direito protegido pela ação de mandado de segurança conforme a Constituição:

- a) Direito certo, ainda que ilíquido
- b) Direito líquido e certo
- c) Direito líquido e quantificável
- d) Direito líquido, ainda que incerto
- e) Direito certo e quantificável

13. Com relação às disposições gerais da Administração Pública, assinale a alternativa que não constitui um princípio da Administração Pública:

- a) Eficiência
- b) Moralidade
- c) Publicidade
- d) Pessoalidade
- e) Legalidade

14. Com relação aos sistemas de controle judicial de constitucionalidade adotado no Brasil, o controle de constitucionalidade pode ser difuso ou concentrado. Com relação ao sistema de controle difuso, observa-se que a declaração de inconstitucionalidade se dará de forma:

- a) Principal, em abstrato, em forma de tese
- b) Incidental, em abstrato, de forma principal
- c) Principal, em concreto, pela via de exceção
- d) Incidental, em tese e de forma principal
- e) Incidental, em concreto, pela via de exceção

15. O poder constituinte originário (também denominado inicial, inaugural, genuíno ou de 1º grau) é aquele que instaura uma nova ordem jurídica, rompendo por completo a ordem jurídica precedente. Aponte a alternativa que indica a titularidade do poder constituinte originário.

- a) O Poder Legislativo, através do Congresso Nacional
- b) O povo
- c) O Judiciário, através do STF
- d) O brasileiro nato
- e) O Poder Executivo, através do Presidente da República

16. Com relação aos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- a) É inviolável o sigilo de correspondência e das comunicações telegráficas, mas são violáveis as comunicações telefônicas, quando necessário para investigação de crimes, independentemente de ordem judicial.
- b) A casa é asilo inviolável do indivíduo, necessária ordem judicial específica para entrada em domicílio, mesmo em caso de flagrante delito.
- c) São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material, mas não por dano moral nessa hipótese.
- d) É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de instrução de processos criminais, cíveis e administrativos.
- e) São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

17. Assinale a alternativa que não traz órgãos integrantes da Justiça Eleitoral:

- a) os Tribunais Regionais Eleitorais
- b) as juntas eleitorais
- c) os partidos políticos
- d) os juízes eleitorais
- e) o Tribunal Superior Eleitoral

DIREITO CIVIL

18. De acordo com o Código Civil, responda a alternativa correta.

- a) havendo herdeiros necessários, o testador só poderá dispor de 1/3 da herança.
- b) a sucessão se dá somente por disposição de última vontade.
- c) a sucessão abre-se no lugar do último domicílio do falecido.
- d) a sucessão se dá apenas por lei.
- e) na sucessão testamentária, as pessoas jurídicas não podem ser chamadas a suceder.

19. Com base no Código Civil, assinale a resposta incorreta.

- a) salvo o negócio a que se impõe forma especial, o fato jurídico pode ser provado mediante documento.
- b) salvo o negócio a que se impõe forma especial, o fato jurídico pode ser provado mediante testemunha.
- c) salvo o negócio a que se impõe forma especial, o fato jurídico não pode ser provado mediante presunção.
- d) salvo o negócio a que se impõe forma especial, o fato jurídico pode ser provado mediante confissão.
- e) salvo o negócio a que se impõe forma especial, o fato jurídico pode ser provado mediante perícia.

20. Em relação às pessoas naturais, assinale a alternativa correta.

- a) a personalidade civil da pessoa começa do nascimento, ainda que o feto nasça morto.
- b) é inválida, com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita do próprio

corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.

c) com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis.

d) toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendido somente o prenome.

e) o cônjuge do ausente, sempre que não esteja separado judicialmente, ou de fato por mais de um ano antes da declaração da ausência, será o seu legítimo curador.

21. Sobre os direitos das obrigações, marque a resposta correta, com base no Código Civil.

a) na obrigação de dar coisa incerta, a escolha pertence ao devedor, se o contrário não resultar do título da obrigação.

b) obrigação de dar coisa incerta será indicada, ao menos, pelo gênero.

c) na obrigação de não fazer, se a prestação do fato se tornar impossível, com culpa do devedor, resolver-se-á a obrigação.

d) antes da escolha, poderá o devedor alegar perda ou deterioração da coisa nos casos de força maior ou caso fortuito.

e) obrigação de dar coisa incerta será indicada, ao menos, pelo gênero, pela quantidade e pela qualidade.

22. Sobre a responsabilidade civil, responda a alternativa correta.

a) o incapaz não responde pelos prejuízos que causar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes.

b) ressalvados outros casos previstos em lei especial, os empresários individuais e as empresas respondem independentemente

de culpa pelos danos causados pelos produtos postos em circulação.

c) são também responsáveis pela reparação civil o empregador, por seus empregados, serviçais e prepostos, em qualquer circunstância.

d) aquele que habitar prédio, ou parte dele, não responde pelo dano proveniente das coisas que dele caírem ou forem lançadas em lugar indevido.

e) a indenização mede-se pela extensão da vontade da vítima.

23. De acordo com o Código Civil, marque a alternativa incorreta relacionada ao direito de posse:

a) considera-se possuidor todo aquele que tem de fato o exercício, pleno ou não, de algum dos poderes inerentes à propriedade.

b) adquire-se a posse desde o momento em que se torna possível o exercício, em nome próprio, de qualquer dos poderes inerentes à propriedade.

c) o possuidor tem direito a ser mantido na posse em caso de turbação, restituído no de esbulho, e segurado de violência iminente, se tiver justo receio de ser molestado

d) o possuidor de boa-fé não responde pela perda ou deterioração da coisa, a que não der causa.

e) é injusta a posse que não for violenta, clandestina ou precária.

24. Sobre a propriedade, responda a assertiva correta.

a) o proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha.

b) a propriedade do solo abrange as jazidas, minas e demais recursos minerais.

c) a propriedade presume-se plena e exclusiva, desde que se comprove, de logo, com certidão de inteiro teor atualizada pelo cartório de registro de imóveis da capital do Estado da federação correspondente.

d) os frutos e mais produtos da coisa não pertencem, quando separados, ao seu proprietário, salvo se, por preceito jurídico especial, couberem a outrem.

e) poderá o possuidor requerer ao juiz seja declarada adquirida, mediante usucapião, a propriedade imóvel público.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

25. Acerca das normas fundamentais positivadas no Código de Processo Civil de 2015, assinale a alternativa correta:

a) A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, mas somente no curso do processo judicial.

b) Aquele que de qualquer forma participa do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé.

c) Todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa, ainda que inefetiva, posto que basta a sentença de mérito.

d) Não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida, mesmo que se trate de tutela provisória de urgência.

e) O juiz pode decidir com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se

manifestar, desde que fundamente a decisão com base no princípio da celeridade processual.

26. Marque a alternativa que contém hipótese em que o juiz pode julgar improcedente liminarmente o pedido:

a) Quando da narração dos fatos não decorrer logicamente a conclusão

b) Quando o autor carecer de interesse processual;

c) Quando a petição inicial for inepta.

d) Quando a parte for manifestamente ilegítima.

e) Quando verificar, desde logo, a ocorrência de decadência ou de prescrição.

27. Acerca do indeferimento da petição inicial, assinale a alternativa correta, segundo as disposições do sistema processual em vigência:

a) Considera-se inepta a petição inicial quando o autor carecer de legitimidade processual.

b) A petição inicial será indeferida quando não houver interesse processual.

c) Não interposta a apelação contra a sentença de indeferimento da petição inicial, não há necessidade de intimação do réu acerca do trânsito em julgado da sentença.

d) Nas ações que tenham por objeto a revisão de obrigação decorrente de empréstimo ou de financiamento, o autor terá de, sob pena de inépcia, discriminar na petição inicial, dentre as obrigações contratuais, aquelas que pretende controverter, além de quantificar o valor incontroverso do débito e pagar o dobro do valor contestado.

e) Indeferida a petição inicial, o autor poderá apelar, facultado ao juiz, no prazo de 15 (quinze) dias, retratar-se e conceder a liminar requerida.

28. Além de outros previstos no CPC/15, são deveres das partes, de seus procuradores e de todos aqueles que de qualquer forma participem do processo:

- a) expor os fatos em juízo conforme a verdade conveniente com a sua versão dos fatos e defesa de seus interesses;
- b) formular pretensão ou de apresentar defesa quando cientes de que são destituídas de fundamento;
- c) não produzir provas e não praticar atos inúteis ou desnecessários à declaração ou à defesa do direito;
- d) não cumprir com exatidão as decisões jurisdicionais, de natureza provisória ou final, podendo criar embaraços à sua efetivação;
- e) informar e manter atualizados seus dados cadastrais perante os órgãos do Poder Judiciário, sob pena de pagamento de multa por ato atentatório à dignidade da justiça.

29. NÃO é matéria preliminar da contestação:

- a) Alegação de fatos modificativos do direito do autor.
- b) inexistência ou nulidade da citação;
- c) incompetência absoluta e relativa;
- d) litispendência;
- e) indevida concessão do benefício de gratuidade de justiça.

30. Assinale a alternativa que corresponde ao regramento processual sobre as nulidades:

a) Quando a lei prescrever determinada forma sob pena de nulidade, a decretação desta não pode ser requerida pela parte que lhe deu causa.

b) Quando a lei prescrever determinada forma, o juiz não considerará válido o ato mesmo se, realizado de outro modo, lhe alcançar a finalidade, devendo sempre decretar a nulidade.

c) A nulidade dos atos pode ser alegada pela parte sempre a qualquer momento, pois não está sujeita à preclusão.

d) Anulado o ato, consideram-se de nenhum efeito todos os subseqüentes, ainda que dele não dependam.

e) Ao pronunciar a nulidade, o juiz não precisa declarar os atos que estão sendo atingidos, já que todo o processo será nulo, sempre.

31. NÃO haverá resolução de mérito quando o juiz:

- a) Julgar improcedente o pedido.
- b) Homologar a autocomposição das partes.
- c) Reconhecer a incidência da prescrição.
- d) Homologar a desistência da ação.
- e) Julgar parcialmente procedente o pedido.

DIREITO PENAL

32. Sobre tentativa, desistência voluntária, arrependimento eficaz, arrependimento posterior e crime impossível, marque a correta:

a) Há desistência voluntária quando o agente desiste de prosseguir na execução por circunstâncias alheias à sua vontade.

b) Há tentativa quando o agente, iniciada a preparação do crime, não o consuma por circunstâncias alheias à sua vontade.

c) Salvo disposição em contrário, pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um a um terço.

d) Arrependimento posterior é causa de diminuição de pena.

e) Diz-se crime impossível quando, por ineficácia absoluta do meio ou por relativa impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime.

33. Sobre concurso de pessoas, marque a errada:

a) Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua periculosidade.

b) Se a participação for de menor importância, a pena pode ser diminuída de um sexto a um terço.

c) Se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste; essa pena será aumentada até metade, na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave.

d) Não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, salvo quando elementares do crime.

e) O ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, salvo disposição expressa em contrário, não são puníveis, se o crime não chega, pelo menos, a ser tentado.

34. Sobre as penas privativas de liberdade, marque a correta:

a) A pena de detenção não pode ser cumprida em regime fechado.

b) Considera-se regime fechado a execução da pena em estabelecimento de segurança máxima ou média.

c) Considera-se regime semiaberto a execução da pena em casa de albergado ou estabelecimento adequado.

d) Considera-se regime aberto a execução da pena em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar.

e) A determinação do regime inicial de cumprimento da pena far-se-á com observância às agravantes e atenuantes.

35. Sobre a aplicação da pena, marque a errada:

a) As circunstâncias judiciais são valoradas na primeira fase de aplicação da pena.

b) As agravantes e atenuantes são valoradas na segunda fase de aplicação da pena.

c) As causas de aumento e diminuição são valoradas na terceira fase de aplicação da pena.

d) O tempo de cumprimento das penas privativas de liberdade não pode ser superior a 40 (quarenta) anos.

e) Na fixação da multa, a situação econômica do réu não é relevante.

36. Sobre os crimes contra a pessoa, marque a correta:

a) Se o agente comete um homicídio impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço.

b) Se o agente mata uma mulher, terá incidido nas penas do feminicídio.

c) O Código Penal não prevê o homicídio culposo, mas apenas a lesão corporal seguida de morte.

d) O Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação não é considerado crime doloso contra a vida.

e) A mulher que mata o próprio filho comete necessariamente o crime de infanticídio.

37. Sobre os crimes contra a Administração Pública, marque a errada:

a) Configura peculato a conduta de funcionário público de se apropriar de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou o desvio, em proveito próprio ou alheio.

b) O Código Penal tipifica a modalidade culposa de peculato.

c) Configura prevaricação a conduta do Diretor de Penitenciária e/ou agente público de deixar de cumprir seu dever de vedar ao preso o acesso a aparelho telefônico, de rádio ou similar, que permita a comunicação com outros presos ou com o ambiente externo.

d) Configura desobediência a conduta de desobedecer a ordem ilegal de funcionário público.

e) Configura desacato a conduta de desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela.

38. Sobre a Lei Maria da Penha, marque a correta:

a) A Lei Maria da Penha considera violência moral os crimes contra a honra.

b) Embora não preveja a violência patrimonial, admite o ajuizamento de ação de divórcio no Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

c) A Lei Maria da Penha tipifica os delitos de descumprimento de medida protetiva de urgência e o de feminicídio.

d) Há previsão de medidas protetivas, mas não de medidas assistenciais.

e) É garantida a toda mulher em situação de violência doméstica e familiar o acesso aos serviços de Defensoria Pública ou de Assistência Judiciária Gratuita apenas em sede judicial.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

39. Sobre o Inquérito Policial, marque a errada:

a) O inquérito deverá terminar no prazo de 10 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 30 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.

b) Os instrumentos do crime, bem como os objetos que interessarem à prova, acompanharão os autos do inquérito.

c) No relatório poderá a autoridade indicar testemunhas que não tiverem sido inquiridas, mencionando o lugar onde possam ser encontrada.

d) Quando o fato for de difícil elucidação, e o indiciado estiver solto, a autoridade poderá requerer ao juiz a devolução dos autos, para ulteriores diligências, que serão realizadas no prazo marcado pelo juiz.

e) O inquérito policial necessariamente acompanhará a denúncia ou queixa.

40. Sobre as regras de competência dispostas no Código de Processo Penal, marque a correta:

a) A competência será, de regra, determinada pelo lugar em que praticada a infração.

b) A competência regular-se-á pelo domicílio ou residência do réu se não for conhecido o lugar da infração.

c) Se o réu tiver mais de uma residência, a competência firmar-se-á pela conexão.

d) Se o réu não tiver residência certa ou for ignorado o seu paradeiro, será competente o juiz que por último tomar conhecimento do fato.

e) Nos casos de exclusiva ação privada, a competência é necessariamente do foro de domicílio do querelante.

41. Sobre o interrogatório do réu, marque a errada:

a) O interrogatório será constituído de duas partes: sobre a pessoa do acusado e sobre os fatos.

b) Se o interrogando negar a acusação, no todo ou em parte, poderá prestar esclarecimentos e indicar provas.

c) Havendo mais de um acusado, serão interrogados em conjunto.

d) Quando o interrogando não falar a língua nacional, o interrogatório será feito por meio de intérprete.

e) A todo tempo o juiz poderá proceder a novo interrogatório de ofício ou a pedido fundamentado de qualquer das partes.

42. Não é medida cautelar prevista no Código de Processo Penal:

a) Comparecimento periódico em juízo, no prazo e nas condições fixadas pelo juiz, para informar e justificar atividades.

b) Proibição de acesso ou frequência a determinados lugares quando, por circunstâncias relacionadas ao fato, deva o indiciado ou acusado permanecer distante

desses locais para evitar o risco de novas infrações.

c) Proibição de manter contato com pessoa determinada quando, por circunstâncias relacionadas ao fato, deva o indiciado ou acusado dela permanecer distante.

d) Proibição de ausentar-se da Comarca quando a permanência seja conveniente ou necessária para a investigação ou instrução.

e) Afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida.

43. Sobre a sentença condenatória, marque a correta:

a) O juiz, sem modificar a descrição do fato contida na denúncia ou queixa, poderá atribuir-lhe definição jurídica diversa, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave.

b) A prisão preventiva é impositiva, decorrendo como consequência natural da condenação.

c) O tempo de prisão provisória, no Brasil ou no estrangeiro, será computado para fins de determinação do regime inicial de pena privativa de liberdade, não ocorrendo o mesmo em relação ao tempo de internação provisória.

d) É possível fixar valor mínimo de reparação, independentemente de comprovação dos prejuízos.

e) Não admite embargos de declaração.

44. Sobre o Tribunal do Júri, marque a errada:

a) O Tribunal do Júri é composto por 1 (um) juiz togado, seu presidente e por 25 (vinte e cinco) jurados que serão sorteados dentre os alistados, 7 (sete) dos quais constituirão o Conselho de Sentença em cada sessão de julgamento.

- b) Comparecendo, pelo menos, 15 (quinze) jurados, o juiz presidente declarará instalados os trabalhos, anunciando o processo que será submetido a julgamento.
- c) O Conselho de Sentença é formado com 7 (sete) jurados.
- d) Os jurados decidem se condenam ou absolvem o acusado após discutir o caso entre eles na sala secreta.
- e) As decisões do Tribunal do Júri serão tomadas por maioria de votos.

45. Sobre os juizados especiais criminais, marque a errada:

- a) Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta Lei 9299/95, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa.
- b) O processo perante o Juizado Especial orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, objetivando, sempre que possível, a reparação dos danos sofridos pela vítima e a aplicação de pena não privativa de liberdade.
- c) A competência do Juizado será determinada pelo lugar em que foi praticada a infração penal.
- d) A autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência lavrará termo circunstanciado e o encaminhará imediatamente ao Juizado, com o autor do fato e a vítima, providenciando-se as requisições dos exames periciais necessários.
- e) Não encontrado o acusado para ser citado pessoalmente, o Juiz determinará a citação por edital.

DIREITO CONSUMIDOR

46. São direitos básicos do consumidor:

- a) a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes e preço, bem como sobre os riscos que apresentem.
- b) a proteção contra a publicidade saudável, bem como contra práticas e cláusulas proporcionais no fornecimento de produtos e serviços;
- c) a modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações proporcionais.
- d) a desinformação acerca dos preços dos produtos por unidade de medida.
- e) a inadequada e ineficaz prestação dos serviços públicos em geral.

47. Com relação à responsabilidade pelo fato do produto ou do serviço, nos termos do Código de Defesa do Consumidor, marque a alternativa correta.

- a) o produto é defeituoso quando oferece a segurança que dele legitimamente se espera.
- b) o produto é considerado defeituoso pelo fato de outro de melhor qualidade ter sido colocado no mercado.
- c) o fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.
- d) o serviço é considerado defeituoso pela adoção de novas técnicas.

e) a responsabilidade pessoal dos profissionais liberais será apurada independentemente da verificação de culpa.

48. Quanto às práticas comerciais disciplinadas pelo Código de Defesa do Consumidor, assinale a resposta incorreta.

- a) é vedado ao fornecedor de produtos ou serviços exigir do consumidor vantagem manifestamente excessiva.
- b) os fabricantes e importadores deverão assegurar a oferta de componentes e peças de reposição enquanto não cessar a fabricação ou importação do produto.
- c) o ônus da prova da veracidade e correção da informação ou comunicação publicitária cabe ao consumidor.
- d) o fornecedor do produto ou serviço é solidariamente responsável pelos atos de seus prepostos ou representantes autônomos.
- e) é proibida toda publicidade enganosa ou abusiva.

49. São nulas de pleno direito, entre outras, as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que:

- a) transfiram responsabilidades a terceiros.
- b) não condicionem ou limitem de qualquer forma o acesso aos órgãos do Poder Judiciário.
- c) estejam de acordo com o sistema de proteção ao consumidor.
- d) permitam ao fornecedor, direta ou indiretamente, variação do preço de maneira bilateral.
- e) determinem a utilização de arbitragem de acordo com a vontade do consumidor.

50. Assinale a alternativa correta com base nas normas do Código de Defesa do Consumidor.

- a) consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como forma de revendê-lo.
- b) serviço é qualquer atividade fornecida mediante caridade.
- c) de regra, os produtos e serviços colocados no mercado de consumo podem acarretar riscos à saúde ou segurança dos consumidores.
- d) é vedado ao fornecedor de produtos ou serviços exigir do consumidor vantagem justa pelo fornecimento do produto ou serviço.
- e) produto é qualquer bem, móvel ou imóvel, material ou imaterial.